

As raízes da violência no campo no Brasil

Pesquisa inédita desenvolvida pelo Ipea aponta que a taxa de homicídio é 15,9% maior onde há territórios indígenas, 10,2% em locais com assentamentos rurais para reforma agrária e 18,7% maior nos municípios que estão na Amazônia Legal

Daniel Cerqueira e Janine Mello dos Santos
28 de julho de 2020

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Pesquisa do Ipea também inclui violência praticada em municípios com territórios indígenas

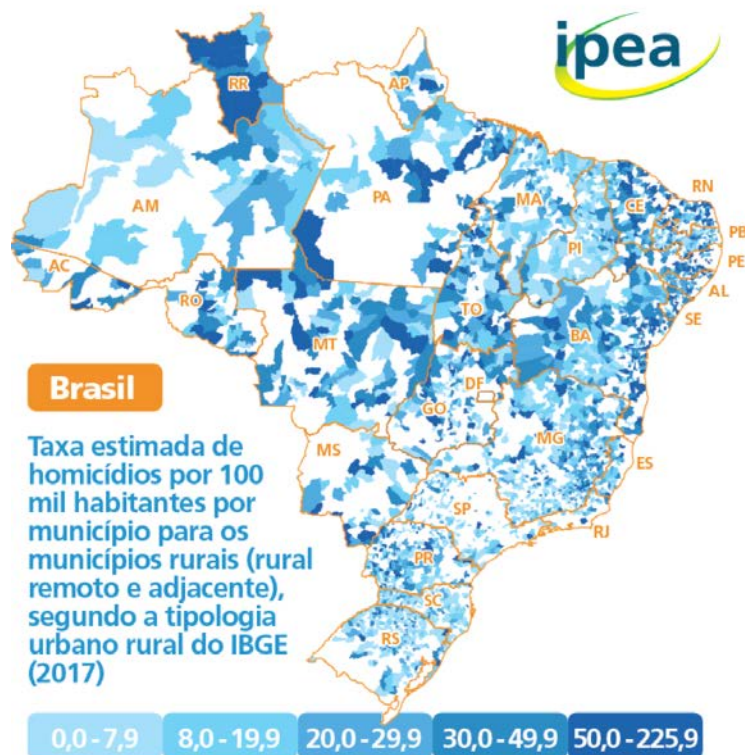
Na última semana, foi lançado pelo Ipea o “Atlas da Violência no Campo, Condicionantes Socioeconômicos e Territoriais”. Trata-se de um tema da maior importância, em que há pouquíssimos trabalhos e análises desenvolvidas no país, à exceção dos relatórios anuais *Conflitos no Campo Brasil* publicados desde 1985 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No trabalho recém divulgado fizemos uma análise inédita, em que mapeamos e analisamos a prevalência de homicídios nos 3.362 municípios rurais, segundo o IBGE, e cruzamos as informações socioeconômicas com os dados de violência e com a existência de determinadas especificidades territoriais, entre as quais a presença de povos tradicionais (territórios indígenas e quilombolas), áreas de assentamento rural e de preservação, e taxas de desmatamento na Amazônia Legal.

O nosso objetivo, para além de fornecer uma fotografia geográfica da violência no campo, como a apresentada no mapa abaixo e no [infográfico produzido](#), era testar duas hipóteses:

H1) Se os municípios com especificidades territoriais como as apontadas acima, dentro do ambiente rural, apresentam níveis ainda mais elevados de taxa de homicídios, por força da pressão fundiária, ligada a arranjos político-institucionais baseados em relações de exploração que remontam ao período colonial;

H2) Se as condições de vulnerabilidade socioeconômica funcionam como incentivo ao crime, fazendo aumentar a taxa de letalidade no campo.



Fonte: Atlas da Violência no Campo no Brasil: Condicionantes Socioeconômicos e Territoriais. IPEA, 2020.

Para tentar responder a essas duas questões, fizemos um rápido mergulho histórico nas instituições fundantes do Brasil e produzimos dois exercícios econométricos.

Em primeiro lugar, argumentamos que a violência no campo no Brasil não pode ser entendida fora do contexto histórico-institucional, em que arranjos institucionais de exploração social e econômica baseadas no uso da força e violência permearam o processo de configuração do que viria a ser entendido como Estado nacional.

Prevaleceu como elemento estruturante desse modelo a violência contra grupos étnico-raciais, minorias políticas e classes econômicas subalternizadas como povos indígenas, a população negra, sertanejos, pequenos agricultores e trabalhadores rurais, entre outros grupos populacionais.

Um ponto importante a salientar, como já observado por muitos autores, entre os quais Acemoglu, Johnson e Robinson (2001), diz respeito à persistência intertemporal dessas instituições, que se adaptam mas mantém a sua gênese ao longo do tempo. Nesse contexto os efeitos de instituições que remontam ao período colonial, como a escravidão, a concentração de terras e a monocultura intensiva, perduraram ao longo dos séculos e contribuiriam para explicar o desempenho econômico e o desenvolvimento das nações.

Sobre os principais resultados econométricos que obtivemos, controlando pelas características socioeconômicas e demográficas das populações residentes no universo dos municípios rurais no Brasil, verificamos, em primeiro lugar, que a taxa de homicídios aumenta com a pressão fundiária nos municípios onde há determinadas especificidades territoriais. Em particular, a taxa de homicídio é 15,9% maior onde há territórios indígenas, 10,2% maior nos locais em que há assentamentos rurais para o propósito de reforma agrária e 18,7% maior nos municípios da Amazônia Legal. Neste último caso, é interessante notar que a taxa de homicídio cresce com a taxa de desmatamento local, o que sugere que a morte se encontra no fim de um ciclo de ilegalidades que passa por grilagem de terras, desmatamento e pressão sobre recursos naturais.

Outro ponto interessante captado pelas estimações é que quanto maior o PIB agropecuário do município, maior a taxa de violência, o que poderia indicar (e merece ser objeto de análises posteriores) que quanto maior a importância econômica dos municípios, maiores os incentivos a favor de atividades criminosas que, eventualmente, podem resultar em homicídios.

Em terceiro lugar, concluímos que, assim como nas cidades, a dinâmica dos homicídios no campo está intrinsecamente relacionada aos baixos índices de desenvolvimento humano e, em particular, a falta de perspectivas e oportunidades para os jovens. Assim, apresentamos estatísticas significativas que indicam que a taxa de homicídio se correlaciona positivamente com o percentual de jovens fora da escola e com a maior vulnerabilidade juvenil à pobreza e ao desemprego. Finalmente as maiores taxas de homicídio também estão associadas às maiores taxas de fecundidade precoce na adolescência.

Para finalizar, verificamos que a taxa de homicídio no campo aumentou quase o dobro da variação observada nas cidades entre 2007 e 2017 (75,4% contra 40,6%). Esses números apontam para o recrudescimento dos conflitos e mortes por violência em áreas rurais, em especial em territórios marcados por conflitos fundiários. Nesse contexto, é extremamente preocupante o impacto potencial das recentes mudanças legislativas sobre o aumento da pressão no campo. Nesse sentido, a Medida Provisória[1] 886 de 2019 (que transfere a identificação e demarcação de terras indígenas para a alçada do Ministério da Agricultura), junto com o Projeto de Lei 191 de 2020 (que autoriza a exploração de mineração, turismo, pecuária, exploração de recursos hídricos e de hidrocarbonetos em terras indígenas) e a [Medida Provisória nº 910, de 2019 \(sobre regularização fundiária\), emergem como sinais de alerta para o risco de aumento substancial de conflitos violentos no campo nos próximos anos.](#)

[1] Suspensa em caráter liminar pelo STF.

Daniel Cerqueira

Técnico de Planejamento e Pesquisa da DIEST/IPEA e Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Janine Mello dos Santos

Especialista em políticas públicas e gestão governamental e pesquisadora da Diest/Ipea

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-tema-da-semana-5mxbj-qedcf-3eoys-26r5h-am2ce-n2rut-o2ncc-uricu-r5hgi-nf6xx-6v3nu-p-bs-smnuf-d2b4g-j2r8n-su4uo-gccsf-ti2b8-qxxts-2d82z>

